

1962. UM ROTEIRO PARA ENTENDER OS TEMAS QUE DOMINAVAM A SUDENE

RODRIGO SANTIAGO*

O objetivo deste relatório é apontar os principais aspectos relacionados à Sudene e a Celso Furtado no ano de 1962. A análise documental foi realizada a partir de quatro jornais de relevância regional e nacional, a saber, *Diário de Pernambuco*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* e *Última Hora*. Durante o ano de 1962, percebe-se que o eixo de discussão gira em torno das seguintes questões: 1) a ação da Aliança para o Progresso no Brasil; e 2) debate sobre os problemas sociais nordestinos. Estes dois são os temas mais recorrentes nos jornais pesquisados. Entretanto, outro assunto ainda bastante noticiado nesse ano foi a posse de Furtado no Ministério do Planejamento. Após delimitar os eixos de debate, tentou-se, sempre que possível, expor algumas reflexões de forma sucinta, de autores que trataram dos temas que nos interessam neste trabalho.

A Aliança para o Progresso

Em 4 de junho de 1962 foram assinados os primeiros projetos de parceria entre a Sudene e o programa do governo norte-americano denominado Aliança para o Progresso. Segundo Ianni (1971), tal programa tinha o objetivo de neutralizar os reflexos da revolução cubana no resto da América Latina. Assim, pela primeira vez, o governo dos Estados Unidos se comprometia em apoiar a elaboração de planos e programas de desenvolvimento econômico nos países latino-americanos.

* Mestrando em ciência política pela UFPE.

Nesse momento, havia um entusiasmo e várias expectativas positivas em relação à cooperação que se iniciava. Esperava-se que a implementação dos recursos em projetos estruturadores na região pudesse alavancar o desenvolvimento. O intuito da Aliança para o Progresso era de construção, e não de reconstrução, tal como previa o Plano Marshall, cuja diferença foi debatida em matéria do *Diário de Pernambuco* de 24 de junho de 1962, intitulada: “Aliança para o Progresso difere do Plano Marshall” e é programa de construção. Desta forma, a Aliança para o Progresso pretendia ser um programa de construção e fomento, que exigia mudanças estruturais na sociedade e a especialização de quadros capazes de levar as atividades adiante.

Por outro lado, personalidades como Leonel Brizola eram contra as ações da Aliança para o Progresso em solo brasileiro. Ele duvidava das reais intenções do governo de Washington, ao indagar sobre o verdadeiro motivo de uma administração que induz seus contribuintes a ajudar outra nação, ou seja, ele não entendia o suposto desinteresse político do programa. Já Celso Furtado encontrava-se em posição contrária. Ele dizia ter sido a Aliança estruturada a partir dos interesses nordestinos, e que as diretrizes tinham sido lançadas pela Sudene, tendo o governo norte-americano apenas subsidiado a ajuda. No entanto, Furtado recebia uma série de críticas em que se afirmava que ele era o culpado pelo fracasso do programa, e isso seria consequência das suas supostas preferências ideológicas.

Essa Aliança [para o Progresso] não pode ser instrumento de avanço para o progresso do Brasil enquanto a economia brasileira estiver nas mãos do dr. Celso Furtado, porque ele é um tipo de comunista chinês que não quer entendimento com o Ocidente. Se fosse possível trazê-lo até Kruchev ainda havia esperança de um diálogo com a Casa Branca. Mas Furtado é da espécie asiática. (CHATEAUBRIAND *apud* FURTADO *et. al.*, 2009, p. 16)

O tema Aliança para o Progresso, além do caráter político discutido acima, trouxe à tona outros aspectos da realidade socioeconômica do Nordeste, sendo a principal a execução de projetos que beneficiavam os grandes produtores rurais e industriais. Nesse sentido, havia uma colaboração para aqueles que se utilizavam da “indústria da seca”. Ou seja, a situação da população nordestina não era resultado da falta de recursos alocados na região, mas sim da sua má utilização e da falta de planejamento.

Os problemas sociais do Nordeste

Em 1962, a questão das dificuldades sociais e de desenvolvimento que o Nordeste brasileiro enfrentava era temática recorrente. Várias eram as causas levantadas para explicar o subdesenvolvimento da região, dentre elas, educação, saúde pública, comunicações, transportes rodoviários e o subemprego. Desses fatores, o colocado no topo como mais problemático era a questão do subemprego, pois os trabalhadores recebiam salários abaixo das suas necessidades mais elementares, além de não possuírem nenhum direito assegurado.

É nesse cenário que a Sudene tenta inserir o planejamento como mecanismo que pode proporcionar desenvolvimento gradual e seguro. Neste sentido, a Superintendência tentava adaptar a economia da região à sua característica mais marcante, a zona semiárida, além de estimular a sua industrialização, deixando claro que o subdesenvolvimento do Nordeste também era instigado pelo desconhecimento de suas imensas possibilidades.

No momento em que Furtado torna-se ministro do Planejamento e que o Plano Trienal é aprovado, novamente há um suspiro de esperança no tocante ao desenvolvimento nacional, e do Nordeste em especial. Questões como as relacionadas a seguir são inseridas e problematizadas de um ponto de vista desenvolvimentista, que tenta redistribuir renda sem criar bolsões de pobreza. Os temas discutidos são: 1) crescimento da renda nacional; 2) redução inflacionária; 3) intensificação da atuação governamental na área de educação; 4) refinanciamento da dívida externa; e 5) distribuição igualitária dos bônus do progresso. Sendo que a diretriz principal do plano era evitar a concentração de investimentos em determinadas áreas a fim de evitar a reprodução das condições de desigualdade já existentes entre as regiões brasileiras.

Cohn (1976) enfatiza que as dificuldades estruturais encontradas no Nordeste, além de explicar o retrocesso em seu desenvolvimento, mostram a região como fator ativo para o desenvolvimento econômico do eixo Sul-Sudeste. Assim, a região, ao invés de gerar conhecimento ou produzir tecnologia, exportava mão de obra e capital para as regiões mais desenvolvidas do Brasil. Além disso, a autora deixa em relevo que a crise nordestina não podia apenas ser compreendida pela ótica econômica. O caráter político e os conflitos existentes no período delineavam a disputa econômica, e nesse sentido a Sudene funcionou bem mais como um amortecedor político, ou seja, de acomodação dos interesses locais, do que como uma resposta aos problemas econômicos em si.

A posse de Celso Furtado

Furtado assume o Ministério do Planejamento reconhecendo as dificuldades brasileiras com relação aos desequilíbrios econômicos internos e externos, mas acreditando que isso não constituía motivos para frustrações e desespero. Até porque, segundo Furtado, a economia do País não se encontrava estagnada, e o que se precisava era conservar e intensificar o crescimento nacional. A sua solução para isso era o planejamento, pois ele seria o único método capaz de disciplinar e estabelecer previamente os fins. Em suma, o plano significava planejar rapidamente, para executar racionalmente, e em longo prazo.

Essa planificação do Estado foi idealizada por meio do Plano Trienal (1963-1965), que, segundo Ianni (1971), fez um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do País. No entanto, a implementação do Plano Trienal previa profundas mudanças na estrutura política e social do Brasil.

Esse plano era uma ponte com a visão desenvolvimentista. Nele, diagnosticaram-se o atraso no desempenho da agricultura, comparativamente à indústria, o baixo grau de incorporação tecnológica, facilitado por uma fronteira agrícola em contínua expansão, a estagnação no comércio exterior, pressões inflacionárias oriundas do desenvolvimento da agricultura e inadequação da estrutura agrária. No entanto, o importante é notar que o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento.

Considerações finais

O debate político no ano de 1962, como pode ser percebido, dava-se por meio de rotulações ideológicas, características do período da Guerra Fria. No Brasil, o ponto alto da atuação norte-americana foi a implantação da Aliança para o Progresso. Para uns, o projeto representava uma forma de evitar a interferência cubana no País, para outros, seria uma ajuda econômica destituída do caráter político. Sendo uma ou outra alternativa, o importante é que tal debate gerou consequências e posicionamentos, por exemplo, na maneira de o governo central brasileiro atuar no Nordeste.

Para além do que muitos acreditavam, o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro era um mal necessário à sustentação da riqueza oriunda do Centro-Sul

do País. Isto podia ser observado pelo fato de que a região, ao invés de gerar conhecimento ou produzir tecnologia, exportava mão de obra e capital para as regiões supracitadas. Tentou-se desestruturar esse círculo vicioso por intermédio do Plano Trienal, que ao mesmo tempo em que propunha mudanças em âmbito nacional contribuía para solapar as iniquidades regionais. Era um plano de caráter desenvolvimentista que pretendia controlar a inflação, sem impedir o desenvolvimento. Uma de suas metas era desconcentrar os investimentos/capitais em poucas áreas, contribuindo, assim, para um desenvolvimento mais homogêneo do País.

Referências bibliográficas

COHN, A. (1976). *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva.

FURTADO, R.F.A.; FURTADO, C.; HIRSCHMAN, A. *et al.* (2009). *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)*. Coleção Arquivos Celso Furtado, n°. 3. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Ed. Contraponto.

IANNI, O.(1971). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.